PLURALISMO JURÍDICO: DIREITOS DA NATUREZA A PARTIR DO PAQUETÁ

PLURALISMO JURÍDICO: DERECHOS DE LA NATURALEZA A PARTIR DEL PAQUETÁ

Humberto Oliveira Correa da Silva[1]

Antonio Carlos Wolkmer[2]

RESUMO

O presente trabalho analisa o Antropoceno como expressão de um colapso civilizacional, epistemológico e jurídico, fruto da racionalidade capitalista, colonial e patriarcal. Parte-se do problema central: como superar a insuficiência do direito hegemônico e construir alternativas capazes de enfrentar o colapso climático e as desigualdades globais? Para tanto, articula-se o Giro Decolonial (Ballestrin, 2013), que evidencia a colonialidade do poder, saber e ser, com os Fundamentos do Pluralismo Jurídico (Wolkmer, 2015), que propõem a ruptura com a matriz monocultural do direito moderno; a Revolução Ecojurídica (Mattei, 2017), que recoloca a ecologia no centro da normatividade; e a noção de Comuns (Dardot; Laval, 2017), que afirma a gestão coletiva e participativa dos territórios.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e crítico-comparativo, com análise de obras de referência no campo do pluralismo jurídico, da decolonialidade e da ecologia política, além do estudo de caso do Projeto de Lei que reconhece a Praia do Paquetá, em Canoas/RS, como sujeito de direitos.

Os resultados indicam que, embora não altere estruturalmente a lógica capitalista ou estatal, o reconhecimento do Paquetá legitima novos sujeitos de direito e amplia o diálogo entre comunidades, poder público e natureza. Nesse tensionamento entre resistência e criação, evidencia-se a possibilidade de refundar o direito como prática plural, comunitária e ecológica, condição essencial para a construção de um novo pacto civilizacional.

[1] Aluno especial Mestrado de Sociologia da UFRGS, Aluno especial no mestrado de Direito da UNILASALLE, membro do grupo de pesquisa em Pluralismo Jurídico (UNILASALLE), bacharel em Direito (UNILASALLE), E-mail: humbertoocsilva@gmail.com

[2] Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Ciências Políticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bacharel em Direito pela Universidade Vale do Rio do Sinos (UNISINOS), Professor Titular Aposentado no Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Docente Permanente no Programa de PósGraduação em Direito e Sociedade do UNILASALLE-RS e Professor do Mestrado em Direitos Humanos e Sociedade da UNESC. E-mail: acwolkmer@gmail.com.

Palavras-chave: Antropoceno; Pluralismo Jurídico; Decolonialidade; Comuns; Ecojurídico.

ABSTRACT OU RESUMEN

El presente trabajo analiza el Antropoceno como expresión de un colapso civilizacional, epistémico y jurídico, fruto de la racionalidad capitalista, colonial y patriarcal. Se parte del problema central: ¿cómo superar la insuficiencia del derecho hegemónico y construir alternativas capaces de enfrentar el colapso climático y las desigualdades globales? Para ello, se articula el *Giro Decolonial* (Ballestrin, 2013), que evidencia la colonialidad del poder, del saber y del ser, con los *Fundamentos del Pluralismo Jurídico* (Wolkmer, 2015), que proponen la ruptura con la matriz monocultural del derecho moderno; la *Revolución Ecojurídica* (Mattei, 2017), que recoloca la ecología en el centro de la normatividad; y la noción de *Comunes* (Dardot; Laval, 2017), que afirma la gestión colectiva y participativa de los territorios.

Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, de carácter bibliográfico y crítico-comparativo, con análisis de obras de referencia en el campo del pluralismo jurídico, de la decolonialidad y de la ecología política, además del estudio de caso del Proyecto de Ley que reconoce a la Playa de Paquetá, en Canoas/RS, como sujeto de derechos.

Los resultados indican que, aunque no altera estructuralmente la lógica capitalista o estatal, el reconocimiento de Paquetá legitima nuevos sujetos de derecho y amplía el diálogo entre comunidades, poder público y naturaleza. En esa tensión entre resistencia y creación, se evidencia la posibilidad de refundar el derecho como práctica plural, comunitaria y ecológica, condición esencial para la construcción de un nuevo pacto civilizatorio.

Palabras clave: Antropoceno; Pluralismo Jurídico; Decolonialidad; Comunes; Ecojurídico.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da compreensão de que vivemos no Antropoceno, não apenas como uma era geológica marcada pela interferência humana nos ciclos naturais, mas como a expressão de um colapso civilizacional,

epistemológico e material. Este colapso não é natural ou inevitável: ele está diretamente vinculado à racionalidade capitalista, colonial e patriarcal que estruturou a modernidade e moldou tanto os pactos sociais quanto o próprio Direito. Assim, o problema que orienta a pesquisa é: como superar a insuficiência do direito hegemônico e construir alternativas jurídicas capazes de enfrentar o colapso climático e as desigualdades provocadas?

Para responder a esse problema, o trabalho articula diferentes referenciais críticos. A partir do Giro Decolonial (Ballestrin, 2013), compreende-se que a crise climática e jurídica está ancorada em estruturas coloniais de poder, saber e ser, que transformaram o Sul Global em zona de sacrifício. Com base nos Fundamentos do Pluralismo Jurídico (Wolkmer, 2015), sustenta-se a necessidade de uma ruptura com a matriz monocultural do direito moderno, abrindo espaço para múltiplas ordens jurídicas construídas desde os territórios. Inspirado pela proposta de uma Revolução Ecojurídica (Mattei, 2017), defende-se que a ecologia deve ocupar o centro da reconstrução do direito, de modo a romper com a lógica da mercantilização da vida. Por fim, em diálogo com Comuns (Dardot; Laval, 2017), argumenta-se que a gestão coletiva dos territórios e a democracia participativa constituem horizontes concretos para refundar a vida em comum.

No **capítulo 2 – Antropoceno e Colapso Climático**, o texto aborda como a racionalidade capitalista transformou a natureza em mera mercadoria, submetida à lógica da expansão ilimitada. Mostra-se que, diante da devastação planetária, o chamado “capitalismo verde” não representa uma ruptura com o extrativismo, mas sua atualização, incorporando a crise ecológica como setor rentável da economia. Esse capítulo evidencia que o Antropoceno é também um campo de disputa entre dois projetos inconciliáveis: a manutenção da lógica de acumulação ou a construção de um novo pacto civilizatório baseado na coexistência entre humanidade e natureza.

Na **seção 2.1 – O Sul Global e a Colonização da Natureza**, analisa-se a forma desigual pela qual o colapso climático se distribui. O Norte Global, responsável histórico pela pilhagem de recursos e pela acumulação capitalista, transfere os custos socioambientais para o Sul, que se converte em zona de sacrifício. A promessa de

uma economia verde esconde a continuidade da colonialidade e da financeirização da vida, enquanto saberes tradicionais são sistematicamente marginalizados. Essa parte argumenta que a justiça climática só será possível mediante justiça territorial, autodeterminação dos povos e pluralidade de epistemes.

Na **seção 2.2 – As Cidades e os Imigrantes Climáticos**, a reflexão desloca-se para o espaço urbano. A urbanização intensiva no Sul Global, estruturada pela segregação e pela financeirização do solo, transforma desastres climáticos em dispositivos de aprofundamento das desigualdades. As cidades tornam-se epicentros da crise, recebendo fluxos migratórios forçados e revelando a falência de modelos urbanos excludentes. O capítulo destaca que respostas adaptativas e securitárias não bastam: é necessária uma refundação das bases do urbano, sustentada por hospitalidade radical, insurgência comunitária e pluralismo jurídico territorial.

O **capítulo 3 – O Direito Hegemônico e a Insuficiência Sistêmica** evidencia como a matriz jurídica moderna, forjada sob a racionalidade eurocêntrica, contribui para a manutenção das desigualdades e do silenciamento de saberes não ocidentais. O direito moderno, ao universalizar a experiência europeia, produz exclusão e legitima a colonialidade. Assim, argumenta-se que a superação da crise exige a descolonização do pensamento jurídico, incorporando vozes historicamente desautorizadas e reconhecendo a pluralidade de formas normativas.

No **capítulo 4 – Novos Horizontes do Possível**, são apresentadas alternativas gestadas no Sul Global. Movimentos sociais, povos originários e comunidades periféricas propõem não apenas reformas, mas rupturas com o paradigma moderno. O direito aparece como processo vivo de pactuação comunitária, e a cidade como território do comum. Essa seção projeta um horizonte em que a legalidade não deriva do Estado, mas da vida em movimento, das práticas insurgentes e da produção coletiva de novos pactos de convivência.

O **capítulo 5 – A Democracia Comunitária Participativa** aprofunda a dimensão política dessa proposta, destacando a centralidade da participação popular e da autogestão como fundamentos de uma nova gramática democrática. Mostra que a democracia deixa de ser um modelo imposto de cima para baixo e passa a ser uma

construção cotidiana enraizada nos territórios, sustentada por solidariedade, redes de apoio mútuo e pela gestão comunitária dos comuns.

O **capítulo 6 – Pluralismo Jurídico Comunitário Participativo** apresenta o núcleo da alternativa proposta. Esse modelo de juridicidade nasce da vida e das práticas das comunidades, reconhecendo múltiplas ordens jurídicas legítimas, fundadas na dignidade, na solidariedade e na preservação da vida comum. Ele rompe com a concepção do direito como técnica de controle e o recoloca como linguagem de esperança, memória e futuro, em conexão profunda com a natureza.

Por fim, o capítulo **A Natureza como Sujeito de Direitos: a experiência do Paquetá em Canoas/RS** ilustra, no plano local, como essas reflexões se materializam em práticas concretas. O projeto de lei que reconhece a Praia do Paquetá como sujeito de direitos não altera as estruturas centrais do capitalismo ou do Estado, mas inaugura um espaço de diálogo entre múltiplos sujeitos de direito. Ele legitima a participação de comunidades tradicionais, movimentos sociais e povos de matriz espiritual diversa na luta pelo território, conferindo à natureza uma dimensão política e simbólica até então negada. Nesse sentido, o Paquetá torna-se exemplo de que a transformação começa também por gestos locais, capazes de ampliar a legitimidade da luta e afirmar outros mundos possíveis.

Assim, este trabalho propõe uma leitura crítica do colapso climático e da insuficiência do direito moderno, ao mesmo tempo em que indica caminhos plurais e comunitários de resistência e criação. Do Antropoceno ao Paquetá, o percurso aqui traçado busca demonstrar que a reconstrução do mundo passa pela afirmação dos sujeitos do Sul, pela refundação do comum e pelo reconhecimento da natureza como integrante da comunidade política da vida.

2 ANTROPOCENO E COLAPSO CLIMÁTICO

O antropoceno é a expressão de um colapso sistêmico. Não se trata apenas de um período geológico definido pela interferência humana nos processos naturais, mas de uma reconfiguração epistêmica e material do mundo, na qual a relação entre humanidade e Natureza foi mediada por um modelo civilizacional predatório (Saito, 2024; Wolkmer, 2024).

O modo de produção ocidental, estruturado pela racionalidade capitalista, consolidou uma visão de mundo onde tudo, do solo à atmosfera, das florestas aos oceanos, é reduzido a mercadoria, passível de extração, exploração e negociação. Esse processo não ocorreu de maneira neutra ou natural, mas foi mediado por pactos sociais e jurídicos que hierarquizaram sujeitos e objetos, garantindo que determinados agentes, como corporações transnacionais e elites econômicas, se apropriassem dos recursos do planeta enquanto se eximiam da responsabilidade por sua degradação

O objetivo central do capital é a expansão, e essa expansão ocorre sempre sobre a Natureza, transformando territórios em fronteiras de conquista e explorando recursos como se fossem ilimitados. O planeta, na visão capitalista, nada mais é do que uma esfera de recursos à disposição do mercado, legitimando sua apropriação irrestrita (Krenak, 2020).

Diante das evidências inegáveis da devastação ecológica, o capitalismo busca reinventar-se, promovendo a ideia de um capitalismo verde como alternativa para mitigar os impactos ambientais. Essa narrativa, no entanto, não representa uma ruptura com o paradigma extrativista, mas sim uma reformulação estratégica da lógica de acumulação, convertendo a destruição em mais um setor lucrativo da economia. A financeirização da Natureza, por meio de mercados de carbono, crédito ambiental e commodities ecológicas, não desafia a lógica estrutural do capital, mas a reforça ao integrar a devastação ecológica ao próprio sistema financeiro (Saito, 2024).

O antropoceno, portanto, não é apenas a era do impacto humano sobre a Terra, mas a era da disputa entre dois projetos irreconciliáveis: o projeto capitalista, que visa prolongar sua lógica expansionista a qualquer custo, e a necessidade urgente de superação desse modelo em favor de um novo pacto civilizacional baseado na coexistência entre seres humanos e Natureza (Silva; Wolkmer, 2024a). Se não houver uma ruptura com essa estrutura, o que se desenha para o futuro é um planeta esgotado, habitado por sociedades devastadas e governado por corporações que já estarão projetando sua fuga para novas fronteiras cósmicas, deixando para trás apenas ruínas e escassez (Krenak, 2022).

2.1. O SUL GLOBAL E A COLONIZAÇÃO DA NATUREZA

Estruturado por práticas coloniais, capitalistas e patriarcais, construiu um sistema global onde a degradação ambiental é planejada, executada e transferida de forma profundamente desigual. O Sul Global, formado por países e povos historicamente subalternizados, tornou-se o principal recebedor dos efeitos mais brutais dessa lógica (Quijuano, 2014).

Essa assimetria não é acidental. O Norte Global construiu sua riqueza por meio da colonização, da pilhagem recursos naturais, da escravização de corpos, da imposição do patriarcado. Há séculos, os territórios do Sul são tratados como zonas de sacrifício, espaços onde é permitido explorar sem limites e acumular sem prestar contas.

A promessa de uma economia verde e sustentável esconde a continuidade da exploração. A financeirização da natureza permite que florestas, rios e atmosferas sejam convertidos em ativos financeiros, negociáveis em bolsas de valores, ao mesmo tempo em que populações inteiras são deslocadas para abrir espaço a projetos ditos ecológicos (Saito, 2024). Essa lógica transforma a vida em número e disfarça a devastação com discursos técnicos e burocráticos. Ao mesmo tempo, impede que se enfrentem as verdadeiras causas do colapso climático, que são estruturais a partir da dominação do ser, saber e poder (BALLESTRIN, 2013).

Enquanto isso, os saberes e modos de vida das populações tradicionais, indígenas, camponesas e quilombolas são sistematicamente desconsiderados. A produção de conhecimento sobre o clima e as soluções para enfrentá-lo continuam sendo dominadas por instituições, laboratórios e fóruns localizados nos países colonizadores. Essa exclusão epistemológica reforça uma hierarquia do saber que nega a legitimidade de outras formas de compreender a relação entre ser humano e natureza. Impede que alternativas enraizadas nos territórios 25 tenham protagonismo político e jurídico (Grosfoguel, 2016; Silva, 2024; Werá, 2024).

O Sul Global é constantemente instado a assumir o ônus econômico no enfrentamento do colapso climático. Essa convocação desconsidera os passivos ambientais acumulados pelas potências industriais ao longo de séculos. Como evidencia Kohei Saito (2024), através do Decoupling2 o Norte global transfere suas cadeias produtivas mais poluentes para territórios do Sul, o que perpetua uma divisão

internacional do trabalho ecocida. A redução de emissões no Norte se sustenta sobre a intensificação da degradação no Sul. Assim, o discurso de corresponsabilidade climática atua como ferramenta ideológica para manter as desigualdades globais.

Diante desse cenário, a resposta precisa vir de uma outra lógica. A justiça climática só será possível se estiver ancorada na justiça territorial, na autodeterminação dos povos e no reconhecimento da pluralidade de formas de vida (Silva; Wolkmer, 2024a). É preciso construir um novo horizonte de transformação ecológica que rompa com as estruturas do extrativismo, do racismo ambiental e da colonialidade.

O enfrentamento do colapso climático deve ser guiado por práticas comunitárias, pela retomada do controle dos territórios por aqueles que os habitam e cuidam, e pela valorização dos saberes que resistem à lógica da mercantilização da vida. Esses caminhos já existem, estão sendo construídos nas margens, nos assentamentos, nas aldeias, nas periferias urbanas e nos movimentos sociais que se organizam em defesa da vida.

Assim, os países do Sul estão sendo o depósito dos danos causados por um sistema que se recusa a mudar. Entretanto, o colapso climático é, ao mesmo tempo, um chamado à ação e uma oportunidade histórica de ruptura. É tempo de construir um mundo em que as experiências do Sul sejam o futuro das políticas públicas de enfrentamento ao colapso climático.

2.2. AS CIDADES E OS IMIGRANTES CLIMÁTICOS

A urbanização intensiva, sobretudo no Sul Global, foi estruturada sob lógicas coloniais e extrativistas que priorizaram a valorização do solo, a financeirização da terra e a reprodução ampliada das desigualdades socioespaciais. Os assentamentos precários e a segregação urbana não são acidentes, mas componentes estruturantes de uma ordem urbana que hierarquiza a vida e precariza a existência periférica. Dentro desse ordenamento, os eventos climáticos extremos, como enchentes, deslizamentos e ondas de calor, tornam-se dispositivos de intensificação da desigualdade, atingindo de forma desproporcional os corpos racializados, empobrecidos e migrantes (Engelmann; Wolkmer, 2023).

A crise imigratória contemporânea marcada pelo deslocamento forçado de milhões de pessoas por guerras, colapsos econômicos, desertificação e eventos climáticos catastróficos é um dos sintomas mais visíveis do colapso climático. Os fluxos migratórios já não respondem apenas a dinâmicas políticas interestatais, mas estão profundamente imbricados com os desastres climáticos e a destruição de modos de vida tradicionais (Engelmann; Wolkmer, 2023). Neste cenário, as cidades, em especial aquelas de médio e grande porte, tornam-se zonas de recepção e tensão, pois enfrentam a sobreposição de múltiplas crises: habitacional, sanitária, ecológica e política.

O território urbano torna-se, assim, campo de disputa simbólica e material. O influxo de migrantes tanto internacionais quanto deslocados internos tensiona a capacidade já debilitada dos sistemas públicos urbanos. Contudo, o que se evidencia é a falência de um modelo de cidade pautado no lucro, na exclusão e na homogeneização cultural (Zibechi, 2017).

Deste modo a governança tradicional, marcada por tecnocracias insensíveis à complexidade da crise civilizatória, mostra-se incapaz de responder de forma estruturante (Zibechi, 2017). Enquanto isso, proliferam práticas comunitárias, redes de solidariedade e formas insurgentes de organização popular que buscam reconstituir vínculos sociais, proteger os comuns urbanos e 30 reinventar o espaço urbano como território de vida (Méndez De Andés; Hamou; Aparicio, 2021).

Portanto, ao reconhecer os efeitos nefastos dos eventos climáticos extremos no cotidiano das cidades, é urgente recusar respostas meramente adaptativas ou securitárias. A crise é ontológica e exige uma refundação das bases que sustentam o urbano moderno. A hospitalidade radical, o pluralismo jurídico territorial e a insurgência comunitária podem constituir as chaves de um novo pacto urbano, capaz de enfrentar o Antropoceno sem reproduzir as violências de sempre.

3 O DIREITO HEGEMÔNICO E A INSUFICIÊNCIA SISTÊMICA

A concepção dominante do Direito, tal como se desenvolveu nos marcos da modernidade ocidental, está profundamente imbricada com uma racionalidade eurocêntrica que se apresenta como universal e atemporal, mas que, na prática, é

localizada, excludente e forjada sob as condições históricas de dominação colonial (Silva; Wolkmer, 2024a). O Direito moderno, fundado sobre a ideia de um sujeito racional, autônomo e abstrato, universaliza uma experiência humana singular, a do homem branco europeu, ao mesmo tempo em que invisibiliza ou subalterniza outras formas de existência, conhecimento e organização normativa (Bragato, 2014). Essa racionalidade hegemônica opera a partir de uma geopolítica do conhecimento que atribui ao Ocidente o monopólio da produção de saber legítimo. Com isso, institui-se uma hierarquia epistêmica que autoriza certos sujeitos a falar em nome da humanidade enquanto reduz outros à condição de objetos do discurso jurídico. Tal assimetria é naturalizada pelo próprio discurso jurídico moderno, que se apresenta como neutro, técnico e desvinculado de relações de poder, quando, na verdade, é profundamente atravessado por essas relações (Grosfoguel, 2008).

Ao privilegiar as narrativas europeias da modernidade, como as revoluções liberais e a ascensão do individualismo, o discurso jurídico consolida a ideia de que os direitos, a justiça e a racionalidade jurídica nasceram no Ocidente e, posteriormente, irradiaram-se para o restante do mundo como um presente civilizatório (Quijuano, 2014). Essa lógica não apenas apaga as contribuições de outras matrizes culturais e civilizatórias, como também reitera a posição periférica e subalterna dos povos colonizados. A modernidade jurídica ocidental, nesse sentido, não é apenas um projeto de emancipação, mas também de silenciamento e controle.

Portanto, este modelo exige uma descolonização do pensamento jurídico que desestabilize o lugar de enunciação do saber hegemônico e valorize os saberes historicamente desautorizados. Isso implica escutar as vozes apagadas, reconhecer a centralidade das experiências históricas não ocidentais na formulação de direitos e justiça, e reconstruir o Direito como campo aberto à pluralidade ontológica, epistêmica e normativa.

4. NOVOS HORIZONTES DO POSSÍVEL

O Sul global, atravessado por ciclos de exploração, colonialismo e dependência, tornou-se o laboratório vivo das consequências do Antropoceno. São os povos que nunca deixaram de lutar, os movimentos que se autoconvocam, os

territórios que se recusam a ser apenas zona de sacrifício. Aqui, o direito não nasce da autoridade de um Estado abstrato, mas da necessidade concreta de proteger a vida, o corpo, o território e a dignidade. Neste tempo de colapso climático, em que os sinais do fim da lógica capitalocêntrica se manifestam sob a forma de enchentes, migrações forçadas, desertificação e morte lenta, os saberes do Sul não propõem uma adaptação (Engelmann; Wolkmer, 2023). Eles propõem ruptura. A cidade, enquanto espaço projetado para acumulação e controle, deve ser refundada como território do comum (Leal, 2020). Isso significa romper com o urbanismo do cimento, da propriedade e da velocidade, e afirmar o urbano como espaço de coexistência, de diversidade, de reencontro com o sensível (Silva; Wolkmer, 2025). O direito à cidade, nesse horizonte, não é mais o acesso à infraestrutura estatal, mas a possibilidade de viver e decidir coletivamente os rumos do território (Wolkmer; Wolkmer, 2024).

As vozes do Sul não pensam o direito como sistema, mas como processo vivo de pactuação comunitária (Wolkmer; Wolkmer, 2020). Em vez de normas impostas, práticas construídas. Em vez de códigos abstratos, princípios encarnados. O que se desenha a partir dessas experiências é um novo léxico da juridicidade, onde cabem as rodas de conversa, os mutirões, os ritos de cura, os conselhos populares, os pactos territoriais, os mandatos coletivos. A legalidade que emerge dessas práticas não busca legitimação do poder central, mas reconhecimento mútuo entre os sujeitos enraizados (Wolkmer; Wolkmer, 2024).

Neste novo horizonte, a reconstrução do mundo passa pelo reconhecimento da insuficiência da racionalidade moderna. Já não basta combater as injustiças dentro do sistema. É preciso declarar a falência da matriz que sustenta a própria ideia de progresso, de desenvolvimento, de legalidade (Melgarejo, 2024). As vozes insurgentes nos lembram que não se trata apenas de viver melhor no mundo, mas de viver de outro modo. Ele pulsa nas comunidades que resistem, nos povos que cuidam da floresta, nas ocupações urbanas que desafiam o latifúndio imobiliário, nas redes de afeto que sustentam o que o Estado abandona (Leal, 2020).

A existência no mundo cobra um novo pacto entre os seres humanos e a Terra (Krenak, 2022). E este pacto não será redigido em gabinetes, mas nos corpos em movimento, nas assembleias insurgentes, nos gestos cotidianos de solidariedade.

Os movimentos sociais do Sul não reivindicam lugar no antigo mundo: eles anunciam o nascimento de outro. Um mundo em que o direito seja expressão de vida, e não de controle (Silva; Wolkmer, 2024b). Em que o urbano seja espaço de pertença, e não de exclusão. Em que o clima, a água, o alimento e o tempo não sejam mercadorias, mas bens comuns partilhados (Menezes, Manuela de Sá, 2021).

5. A DEMOCRACIA COMUNITÁRIA PARTICIPATIVA

A democracia a partir da experiência comunitária implica reconhecer a centralidade da participação popular como elemento estruturante da vida pública (Wolkmer; Scussel, 2018). Se trata de consolidar uma prática contínua de autogestão, diálogo e corresponsabilidade no interior dos territórios. A democracia comunitária participativa propõe uma inversão da lógica verticalizada do poder, priorizando a construção de decisões coletivas desde a base social e respeitando a diversidade cultural, territorial e política das comunidades (Dardot; Laval, 2017).

Essa perspectiva exige uma nova compreensão do que é o espaço público. Mais do que arenas formais de debate, os territórios comunitários tornam-se sujeitos históricos de construção democrática, nos quais a cidadania se realiza como prática cotidiana e não apenas como direito abstrato.

A gestão compartilhada dos Comuns, fortalecimento das associações, criação de assembleias populares, conselhos deliberativos locais e outras formas de organização direta são exemplos de instrumentos que fortalecem esse modelo (Wolkmer; Wolkmer, 2020).

A democracia comunitária participativa busca construir novos pactos políticos enraizados na experiência concreta das populações, rompendo com o distanciamento e a burocratização que afastam a maioria da vida pública.

Nesse processo, o fortalecimento de vínculos sociais, a promoção da solidariedade e a criação de redes de apoio mútuo desempenham papéis fundamentais. A democracia deixa de ser um modelo exportado de cima para baixo e passa a ser entendida como uma construção permanente, dinâmica e situada nas realidades locais. Ela se alimenta da diversidade de práticas e saberes, reconhecendo que não existe um único caminho para a autogestão e a participação, mas múltiplas

possibilidades de organização política enraizadas no cotidiano das pessoas (Menezes, Manuela de Sá, 2021).

Deste modo a democracia comunitária participativa, ao reinventar o próprio conceito de democracia propõe uma nova gramática política, baseada no reconhecimento do comum como espaço de produção de vida e de direitos, onde o pluralismo jurídico organiza o sistema. Assim, abre caminhos para a superação da crise democrática atual, apostando na potência criadora das comunidades e na capacidade coletiva de imaginar e construir futuros mais justos, solidários e plurais.

6. PLURALISMO JURÍDICO COMUNITÁRIO PARTICIPATIVO

O Direito que brota da experiência popular não é feito de códigos distantes ou de fórmulas abstratas. Ele nasce da vida, da luta cotidiana, da necessidade de reconstruir o mundo em meio aos escombros deixados pela exclusão e pela violência estrutural (Ferrazzo; Wolkmer, 2021). O pluralismo jurídico comunitário participativo é a expressão mais profunda dessa realidade: um sistema que reconhece o Direito como criação coletiva, como prática enraizada na dignidade dos povos e na preservação da vida comum (Wolkmer, 2015).

Ao contrário do modelo jurídico centralizado e hierárquico, que fala de cima para baixo e impõe suas verdades como se fossem únicas, o pluralismo comunitário participativo constrói a justiça a partir do diálogo, da assembleia, do consenso que se tece entre diferentes vozes. Cada comunidade, com sua história, seus saberes e seus modos de habitar o mundo, é reconhecida como sujeito ativo na produção do Direito (Wolkmer, 2015). Não se trata apenas de resistir à opressão, mas de afirmar novos paradigmas de convivência, onde a autonomia e a solidariedade substituem o autoritarismo e a dominação.

A participação a é a essência da criação normativa. As decisões não são impostas por uma autoridade externa, mas elaboradas coletivamente, respeitando o ritmo, a cultura e as necessidades de cada grupo. A justiça deixa de ser um rito vazio e torna-se um processo vivo, onde os conflitos são resolvidos a partir da escuta, da memória, da reparação e da reafirmação do pertencimento (Wolkmer, 2015).

O pluralismo jurídico comunitário participativo reconhece que há múltiplos modos legítimos de organizar a vida em sociedade. Ele não pretende substituir uma hegemonia por outra, mas abrir espaço para a convivência de muitas ordens jurídicas, construídas desde baixo, fundadas na prática e legitimadas pela participação consciente de seus membros. Essa multiplicidade não é fragmentação, mas força. Assim possibilita de a ruptura com o próprio sentido do jurídico (Wolkmer, 2015).

O pluralismo jurídico comunitário participativo reconhece que há múltiplos modos legítimos de organizar a vida em sociedade. Ele não pretende substituir uma hegemonia por outra, mas abrir espaço para a convivência de muitas ordens jurídicas, construídas desde baixo, fundadas na prática e legitimadas pela participação consciente de seus membros. Essa multiplicidade não é fragmentação, mas força. Assim possibilita de a ruptura com o próprio sentido do jurídico (Wolkmer, 2015). Ele também aprofunda reconexão com a natureza, entendendo que a justiça não pode ser plena enquanto a terra, as águas e os seres vivos forem tratados como objetos (Wolkmer; Wolkmer, 2024). O Direito, então, torna-se não apenas uma técnica de regulação social, mas um compromisso ético com a continuidade da vida em todas as suas formas.

Em tempos de colapso climático, o Pluralismo jurídico comunitário participativo aponta para uma saída que não passa pela mera reforma institucional, mas pela necessária refundação das bases da convivência humana com a Terra (Azam, 2020). Ele propõe um Direito que não é propriedade de poucos, mas construção de muitos (Menezes, Manuela de Sá, 2021).

O Pluralismo Jurídico Comunitário Participativo tem capacidade de unir resistência e criação, memória e futuro, tradição e transformação. Nele, o Direito deixa de ser uma linguagem de dominação para tornar-se uma linguagem de esperança. Uma esperança que se constrói não nas cúpulas do poder, mas no chão das comunidades, no pulsar das assembleias, no caminhar coletivo de quem, mesmo diante do colapso, insiste em reinventar a vida.

6. A NATUREZA COMO UM SUJEITO DE DIREITOS: A EXPERIÊNCIA DO PAQUETÁ EM CANOAS/RS

O colapso climático que atingiu Canoas de maneira brutal em 2024 não deixou apenas rastros de destruição. Ela também provocou a emergência de novas sensibilidades jurídicas e políticas, capazes de romper com a visão instrumental da natureza e afirmar sua dignidade própria. Nesse contexto, a apresentação do Projeto de Lei que reconhece a Praia do Paquetá como ente vivo e sujeito de direitos representa um marco para o município e para toda a região do Vale dos Sinos.

Construído a partir do acúmulo dos debates ambientais, das práticas comunitárias locais e da inspiração em processos latino-americanos, como o o Rio da Laje no noroeste de Rondônia, o projeto propõe uma ruptura paradigmática, deixar de tratar a Praia do Paquetá como um objeto a ser explorado ou apenas preservado, para reconhecê-la como um sujeito dotado de direitos próprios.

A elaboração do projeto de lei não foi um processo isolado. Ele nasceu das conversas abertas com movimentos sociais, entidades ambientais, pesquisadores universitários, povos de religiões de matriz africana e pescadores artesanais da região. Essas escutas revelaram que a Praia do Paquetá não é apenas um espaço geográfico: ela é memória viva, espaço de culto, sustento, convivência e resistência cultural. É a partir desse vínculo orgânico entre natureza e cultura que o projeto se estrutura.

Ainda que protocolado recentemente e ainda aguardando votação, o projeto já vem gerando debates importantes entre as comunidades tradicionais, reconhecem a Pachamama e os elementos da natureza como sagrados. A defesa dos direitos da Praia do Paquetá ressoa diretamente com a cosmovisão desses povos, para quem a separação entre natureza e humanidade jamais existiu. Assim, o projeto se torna não apenas uma proposta ambiental, mas um gesto profundo de reconhecimento das epistemologias e espiritualidades subalternizadas.

No conteúdo do projeto, são reconhecidos direitos fundamentais da Praia do Paquetá, como o direito a manter sua dinâmica natural, existir em equilíbrio ecológico, ser nutrida por processos essenciais e conectar-se com as comunidades humanas através de práticas culturais, espirituais e econômicas sustentáveis. Além disso, o projeto autoriza a realização de cultos e manifestações religiosas, respeitando a integridade ambiental, e propõe a articulação entre o poder público, universidades,

associações e a sociedade civil para promover ações educativas, culturais e de proteção ambiental.

A lei proposta prevê diversas ações para garantir o engajamento permanente. Dessa forma, a proteção da Praia do Paquetá deixa de ser uma atribuição exclusiva de órgãos estatais que negligenciam este espaço e se torna uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade organizada, o que já ocorre na informalidade. Isso reforça a ideia de que os direitos da natureza não são apenas direitos para a natureza, mas também para os povos que historicamente a protegeram e dela dependem para sua existência digna.

O momento em que este projeto é apresentado não é casual. A emergência climática global, os impactos diretos sentidos pela população canoense e a crescente mobilização comunitária criaram o ambiente propícios para que a expansão dos direitos da natureza pudesse ser afirmada como uma urgência ética e política.

Se aprovado, o reconhecimento da Praia do Paquetá como sujeito de direitos é um ato de resistência civilizatória. Um gesto de desacato às lógicas extrativistas, predatórias e coloniais que historicamente organizaram a relação entre sociedade e meio ambiente. E é também um convite a imaginar outros futuros possíveis, onde o humano e o não-humano coexistam em redes de cuidado, reciprocidade e justiça (Krenak, 2022).

O Paquetá, assim, deixa de ser apenas um espaço, e se torna também um sujeito político e espiritual. E essa transformação já começou, no campo simbólico e social, antes mesmo da votação formal, porque os direitos verdadeiros, como ensinam os povos ancestrais, começam a existir quando são afirmados coletivamente, e não apenas quando são reconhecidos pelas letras da lei.

7 CONCLUSÃO

O Antropoceno expressa o esgotamento de um modelo civilizatório que, sustentado pela racionalidade capitalista e colonial, transformou a Terra em fronteira de exploração permanente. Nesse cenário de colapso climático, torna-se evidente a insuficiência do direito hegemônico para responder às crises, ao mesmo tempo em que emergem experiências plurais que apontam para outras formas de pactuar a vida

em comum. O Pluralismo Jurídico Comunitário Participativo, ao valorizar a criação normativa desde os territórios e reconhecer múltiplos sujeitos, apresenta-se como horizonte de superação da racionalidade dominante.

A experiência do Paquetá, em Canoas, insere-se nesse processo como um gesto paradigmático. O projeto de lei que reconhece a praia como sujeito de direitos não altera, por si só, as estruturas de dominação capitalista ou a lógica estatal centralizadora. No entanto, sua força simbólica e política reside em outro plano: ele amplia o diálogo entre diferentes sujeitos de direito comunidades tradicionais, movimentos sociais, pesquisadores, poder público e legitima novas vozes a participarem da luta pela defesa da vida. Mais do que uma inovação jurídica isolada, trata-se da abertura de um campo de reconhecimento e disputa, em que a natureza se apresenta como agente político e espiritual.

Assim, o Paquetá nos mostra que a transformação não ocorre apenas quando as estruturas são derrubadas, mas também quando espaços de participação são criados, ampliando a legitimidade de sujeitos historicamente silenciados. É nesse tensionamento entre resistência e criação que se desenha a possibilidade de um novo pacto civilizacional.

REFERÊNCIAS

AZAM, Geneviève. **Carta à Terra: E a Terra responde**. Belo Horizonte: Relicário, 2020

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. **Novos Estudos Jurídicos,** v. 19, n. 1, 2014.

ENGELMANN, Iris Pereira; WOLKMER, Antonio Carlos. **Direitos humanos interculturais no contexto das mudanças climáticas: colonialidade da natureza e refugiados ambientais.** São Paulo: Editora Dialética, 2023

FERRAZZO, Débora; WOLKMER, Antonio Carlos. Democracia comunitária e comunitarismo andino: aportes descoloniais desde a experiência latinoamericana. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 26, n. 2, p. 169– 202, 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, **Ailton. Futuro ancestral**. 1. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2022.

LEAL, Fábio Gesser. **Comum e direitos humanos: conectando os conceitos a partir de uma perspectiva crítica e com base no exame da experiência Latino-Americana da Rede de Horteiros de Medellín**. 2020. 138 f. - UNESC, Criciúma, 2020.

MÉNDEZ DE ANDÉS, Ana; HAMOU, David; APARICIO, Marco. **Códigos comunes urbanos: Herramientas para el devenir-común de las ciudades**. 1. ed. Barcelona: Icaria editorial,2021

MENEZES, Manuela de Sá. **A práxis instituinte da água como um comum – estudo de caso de experiências comunitárias da água na América Latina e no Brasil.** 2021. 105 f. - UNESC, Criciúma, 2021. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/handle/1/8822. Acesso em: 28 abr. 2025

MENEZES, Bicca Menezes. Direito humano à educação: descolonização do ensino jurídico como alternativa emancipatória, a partir da abordagem de teorias críticas voltadas ao Sul Global. 2021. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso - UNESC, Criciúma, 2021.

QUIJUANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder.** Bueno Aires: CLACSO, 2014. p. 285– 327. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

SILVA, Humberto Oliveira Correa da; VARGAS, Tainá Machado; WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo Jurídico e Pós Colonialismo: análise do marco temporal como instrumento de colonialidade no Brasil. In: STELZER, Joana; GARCIA, Silvio Marques; WENEZENOIVIEZ, Thais Janaina (org.). **Direitos humanos e efetividade: fundamentação e processos participativos I.** Florianópolis: CONPEDI, 2024a. v. 7, p. 158–175. Disponível em: www.conpedi.org.br.

SILVA, Humberto Oliveira Correa da; WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo jurídico: construindo uma nova cultura jurídica intercultural diante do colapso climático. In: **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade. Criciúma**: EDIUNESC, 2024b. v. 6. Disponível em: https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/9345. Acesso em: 15 abr. 2025.

WERÁ, Kaká. Tekoá: uma arte milenar indígena para o bem-viver. 1. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2024.

WOLKMER, Antonio Carlos**. Pluralismo: fundamentos de uma nova cultura do direito. 4ed**. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

WOLKMER, Antonio Carlos; WOLKMER, Maria de Fatima S. **Horizontes contemporâneos do direito na América Latina**. 2. ed. Criciúma: Ediunesc, 2024. v. 23ed. Disponível em: < https://www.unesc.net/portal/ capa/index/300/5886/>. Acesso em: 8 jun. 2024. WOLKMER, Antonio carlos;

WOLKMER, Maria de Fatima S. **Horizontes contemporâneos na América Latina: Pluralismo, Buen Vivir, Bens Comuns e Princípios do "Comum",** 2020.

WOLKMER, Antonio Carlos; WOLKMER, Maria de Fatima Schumacher. Novos Horizontes na produção do conhecimento: pluralismo, direitos humanos e a questão dos bens comuns. In: **Novos direitos na América Latina: estudo comparativo como instrumento de reflexão do próprio direito**. São Luis: EDUFMA, 2016. p. 184–201.

WOLKMER, Antonio Carlos; WOLKMER, Maria de Fátima; BERNARDES, Marcio de Souza. **O comum e os commons latino-americanos.** 1. ed. Caxias do Sul: Educs, 2023.

ZIBECHI, Raúl; MACHADO, Decio. **Os limites do progressismo: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

Agradeço ao querido Professor Dr. Antônio Carlos Wolkmer, que não apenas orienta este trabalho, mas também inspira meu compromisso pessoal com a construção de um direito vivo, comunitário e transformador.